

Aos vinte e sete de dois mil e cinco, às 14:00 horas reuniram-se na sede do CMDCA para sessão plenária ordinária, os seguintes conselheiros: Lílian Pacheco S. Thiago (Grupo de estudos e Apoio à Adoção de Florianópolis – GEAAF), Maria Cristina S. Guimarães (GAPA - Recanto do Carinho), Marli Hachmann de Lima (Irmandade do Divino Espírito Santo), Rosângela de Sena e Silva (Centro de Assessoria à Adolescência), Elenice Kurt Monguilhott (Pastoral da Criança), Darcy Vitória de Vrito (Centro Cultural Escrava Anastácia), Lídia Ferreira de Macedo (Secretaria Municipal de Saúde), Tirezah botega da Rosa (Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social), Hilário Félix Fagundes (Procuradoria do Município). Também estavam presentes os conselheiros tutelares Tatiana de Lucena Torres, o colaborador Gilberto Rateke júnior, a assistente social da Ação Social Arquidiocesana, bem como a Secretária Técnica/Executiva Cristiane Claudino e a estagiária de Serviço social do CMDCA, Juçara Rosa da Silva. A reunião Plenária teve a seguinte pauta: **1) leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) leitura e destaque dos “informes”; 3) Avaliação do evento Política Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes Usuários de Drogas; 4) Encaminhamentos de Protocolo Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes Usuários de Droga; 5) Conferências; 6) momento dos conselheiros tutelares; 7) momentos das comissões; 8) assuntos gerais;**

A presidente Rosângela deu início à Plenária cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Na sequência houve a apresentação dos presentes, logo foi seguida a pauta. **1) leitura e aprovação da ata da reunião anterior:** a estagiária de Serviço Social Juçara, realizou a leitura da ata da última reunião plenária, sendo aprovada pelos conselheiros. **2) leitura e destaque dos “informes”:** os informes foram encaminhados juntamente com as convocações. A Secretária Técnica/Executiva Cristiane fez a leitura de outros informes “Ofício da Ação Social Arquidiocesana de 26 de abril de 2005, solicitando a destinação de recursos emergenciais através do FIA no valor de R\$ 5.480.00 para pagamento de técnicos para o programa Liberdade Assistida Comunitária, que é prestado sob a responsabilidade da ASA na Comunidade do monte cristo. Logo a representante da entidade solicitante, Marlete, fez um breve histórico do atendimento prestado a comunidade, e solicitou um 34 encaminhamento do cmdca sobre esse assunto. A plenária deliberou destinar o valor solicitado a Entidade se houver disponibilidade de recurso no FIA, para tanto 36 encaminhou para a Comissão de Finanças verificar a disponibilidade. “Ofício nº07/05” expedido pelo CMAS e CMDCA para SMCAIFDS, encaminhado no dia 20 de abril de 2005, considerando o fechamento da Casa de Passagem e solicitando esclarecimentos quanto ao encaminhamento dado para a demanda apresentada, bem como a proposta de substituição de serviço. “Ofício 039/2005” da ACCT reiterando as solicitações anteriores de parceria para realização do III Congresso Sul-brasileiro dos Conselheiros Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 13 a 15 de julho de 2005, com o tema: O Estatuto da Criança e do Adolescente, 15 anos após! E o lema: A proteção Integral para todas as crianças e adolescentes. “Ofício 12/037” do Conselho Regional de Psicologia, de 18 de abril de 2005, respondendo o ofício nº184/04 do CMDCA. “Ofício da RBS” convidando o CMDCA para participar do lançamento da sua Bandeira 49 Institucional de 2005: Educação, que será no dia 28 de abril de 2005, Dia Internacional da Educação, às 15:00h no estúdio da RBS TV de Florianópolis. “Ofício 127/11” do Gabinete do Secretário de Segurança Pública respondendo ofício nº52/05 do CMDCA, referente às atribuições da Secretaria no Protocolo Municipal de Atenção Integral a Crianças e

Adolescentes Usuários de Drogas, ressaltando que tal demanda é de 54 responsabilidade da Secretaria da Saúde. “Ofício 190/05” dos Conselhos Tutelares, de 25 de abril de 2005, convidando o CMDCA para participar do evento relativo a Fiscalização em Entidades de Abrigo de Florianópolis realizada em 2004, onde será ministrado palestra sobre o reordenamento institucional da realidade observada na educação. “Convite ao CMDCA”, para participar da Exposição dos Projetos São José das Artes – Descobrimos novos talentos. Dando continuidade aos informes a conselheira Christina informou que o CMDCA e o CMAS reuniram-se para revisão da per capita dos abrigos com base na resolução 85 do CMAS. * Cristiane apresentou aos conselheiros a Lei Municipal 6565/04, que altera a Lei 3.674/9, que dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no município, e dá outras providências. A secretária Cristiane ressaltou que o CMDCA sugeriu a alteração da referida Lei em meados do ano passado. Sendo que a mesma foi aprovada em dezembro de 2004, porém o CMDCA só tomou ciência na data de ontem. A fim de atender a nova lei os conselheiros deliberaram pelo encaminhamento urgente de ofício para o prefeito, para que o mesmo nomeie os novos representantes governamentais das Fundações municipais de Esporte e Franklin Cascaes e da Secretaria de Defesa do Cidadão, bem como da Associação de Integração dos Cegos – ACIC, primeira Entidade suplente eleita pelo Fórum das Não-governamentais. * Christina informou ainda que o CONANDA lançou campanha para financiamento de programas, porém o prazo para inscrições encerra no dia 30 de abril de 2005. Por fim a Secretária Cristiane ainda informou que o CMDCA continua sem acesso a internet, e somente com uma linha telefônica, dificultando as ações da Secretária Executiva.

3) Avaliação do evento Política Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes Usuários de Drogas: a conselheira Lílian parabenizou o Conselho pela vitória conquistada com este evento. Ela enfatizou que o desafio foi lançado e que não podemos deixar de lutar para que as diretrizes do protocolo de atenção tornem-se realidade. O colaborador Gilberto, não participou do evento, mas expôs sua experiência com o Protocolo de Atenção à Vítima de Violência. Ele sugeriu que se mantenham as reuniões sistemáticas do Protocolo de Atenção a Criança e Adolescente Usuário de Drogas, ainda sugeriu que alguma pessoa se responsabilize pela coordenação do Protocolo para haver um controle e a efetivação deste. Logo a conselheira tutelar Tatiana agradece o apoio do CMDCA. 86 Ela comentou que a realidade ainda é a mesma, e que se deve continuar lutando. Tatiana informou que os conselheiros tutelares sofrem ameaças ao lidar com algumas situações com usuários de drogas, ela afirma que a droga está ligada diretamente com a violência. Ela espera que a próxima gestão do Conselho Tutelar atue com esta política já efetivada. 90 Por fim, a conselheira tutelar expõe a dificuldade que o conselho tutelar tem enfrentado ao levar crianças e adolescentes usuários de drogas para serem atendidas no Hospital Universitário, pois o hospital não está fazendo esse tipo de atendimento por haver uma política existente nesse sentido. A conselheira Marli sugeriu que o conselho tenha uma resposta sobre a ação deste Protocolo no município na próxima reunião plenária. Posteriormente a conselheira Darci avaliou o evento como um grande avanço. 96 Ela espera que essa articulação continue, que os cidadãos organizados possam enfrentar essa realidade, pois ainda existem soluções. A secretária técnica Cristiane inicia sua fala dizendo que o Protocolo nasceu depois de “69 meses de gestação”. Ela afirma que foi um processo trabalhoso, difícil, mas com grande dimensão. Diz que as pessoas que se envolveram nesse processo foram juntos até o final e conquistaram o primeiro objetivo, outras de extrema importância para efetivação do Sistema de Garantia de Direitos, não se fizeram presentes e outras que desistiram no meio da caminhada. Cristiane ainda 103 expõe que o grande trabalho estará por vir, efetivar essa

política. Finalizando ela expõe que o Secretário de Estado da Saúde ainda não assinou documento. Em seguida a conselheira Christina comenta que o conselho está no caminho certo: primeiramente acolhe as informações trazidas pelo conselho tutelar, logo despertamos sobre a necessidade de se construir uma política específica, houve a articulação com os segmentos e conquistamos esse documento. Por fim Christina agradece a presidente do CMDCA, Rosângela de Sena e Silva, por estar a frente dessa mobilização. Dando continuidade à avaliação, a conselheira Rosângela afirma que foi construída uma política diferente da que se tem hoje, e que esta, tem possibilidades de dar certo. Ela fala que uma das alternativas é discutir com a sociedade como lidar com essa situação, é construir juntos coisas novas. Ela sugere que o CMDCA envie um ofício às Secretarias envolvidas, solicitando a nomeação de representantes para compor a Comissão Técnica. A plenária acatou a sugestão, sendo o primeiro encaminhamento deste processo. **4) Encaminhamentos de Protocolo Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes Usuários de Droga:** esse assunto foi discutido na pauta anterior. **5) Conferências:** a conselheira Rosângela fez uma breve leitura da Resolução do CONANDA que deflagra sobre a convocação das Conferências. A secretária Cristiane apresentou a plenária a proposta de encaminhamentos dos conselheiros que se fizeram em reunião realizada em 25/04/2005, que tinha como objetivo dar início a organização da V Conferência: 1) realização da V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente, III Conferência de Adolescente e I Conferência de Crianças, que terá como resultado final o Plano Municipal de Garantia dos direitos. 2) Proposta de data: 30/06 e 01/07. Realização das Pré-conferências regionalizadas com Crianças e Adolescentes e Adultos – 07, 10, 14, 21 e 24 de junho. 3) contratação de Relatoria: Consultoria Técnica Pedagógica para organização das Conferências e elaboração do Plano Municipal de Garantia de Direitos. 4) Contratação de técnicos para ampliação da Secretaria Executiva do CMDCA, pois frente a proximidade do término dessa gestão, os conselheiros não querem suspender as comissões do CMDCA para se envolverem especificamente com a Conferência, como ocorreu com a última Conferência. Os conselheiros deliberaram a favor da contratação de Consultoria Técnica, contratação de técnicos para ampliação da Secretaria Executiva e contratação de relatoria. Como encaminhamento, ficou agendada a próxima reunião da Comissão Temática da Conferência de 04 de maio de 2005, às 13:30 no CMDCA, onde todos os Conselheiros deverão estar presentes. **6) momento dos conselheiros tutelares:** a conselheira tutelar Tatiana apresentou ao CMDCA alguns desenhos finalistas do evento “Movimento Cultural Pintando o 7”. Ela informa que o Conselho Tutelar, com estes desenhos selecionados, desenvolverá folders informativos e a nova logomarca do conselho tutelar. Ela ainda fala que o Conselho Tutelar está verificando a possibilidade de “grafitar” desenhos feitos por adolescentes no muro de sua sede, e até mesmo nos muros da rua do Conselho Tutelar do Continente. Tatiana ainda informa que o SENAC disponibilizou gráfico. Finalizando o assunto apresentado pela conselheira tutelar, a conselheira Christina apoia esta divulgação do Conselho Tutelar e a estagiária Juçara 146 relembra que em uma plenária anterior foi deliberado fazer um orçamento do Estatuto da Criança e do Adolescente, este que poderia ter inserido em cada título um desenho de crianças, deste evento do Conselho Tutelar. Como encaminhamento, foi deliberado que a estagiária Juçara fique responsável em buscar orçamento para confecção do Estatuto da Criança e do Adolescente. **7) momentos das comissões: Comissão de normas e monitoramento:** a conselheira Christina expõe sobre a situação da Comissão, que se encontra com poucos conselheiros. Logo a estagiária de Serviço Social, Juçara Rosa Silva apresentou a plenária seu plano de estágio que tem como objetivo geral garantir que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tenha

cobertura total dos registros de entidades e inscrição dos programas que possuem regime de atendimento previsto no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e como objetivos específicos: verificar e encaminhar para a Comissão de Normas e Monitoramento, as entidades que possuem programas com regime de atendimento previsto no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, no município de Florianópolis, e que possuem registro/inscrição provisório, com data de renovação expirada, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Florianópolis; identificar as entidades/programas que possuem regime de atendimento previsto no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, no município de Florianópolis, e que possuem registro/inscrição provisório, com data de renovação expirada, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Florianópolis; conscientizar as entidades/programas que possuem regime de atendimento previsto no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, no município de Florianópolis, quanto a importância do registro/inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Florianópolis. Sobre o primeiro objetivo específico do plano de estágio de Juçara, a conselheira Christina informou que a estagiária Juçara e o colaborador Alexandre apresentaram uma lista na reunião da comissão, com as datas de renovação de registro das entidades e inscrição dos programas. Dentre eles foi verificado que o programa Cec de Itacorubi, da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, possui uma ata de renovação expirada: data de inscrição: 30 de março de 2004; data de renovação: 30 de setembro de 2004. Posteriormente, a Secretária Executiva Cristiane informou que a Comissão de Normas e Monitoramento agendará uma reunião com o CMAS, para que as ações desses conselhos sejam articuladas, iniciando com a exigência de registro no CMDCA para aquelas entidades que possuem regime de atendimento previsto no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que solicitarão inscrição no CMAS. Complementando, o Colaborador e Conselheiro de Assistência Social, Gilberto, informa que esta posição já é um indicativo do planejamento do CMAS. **Comissão de políticas:** assunto tratado no ponto 3 e 4 da pauta. **Comissão de finanças:** Lilian inicia sua fala ressaltando a importância do CMDCA ter conhecimento e controle do FIA, para isso, ela expõe que a Comissão definiu estabelecer critérios para elaboração do plano de aplicação deste. Posteriormente Cristiane fez a leitura da Resolução nº99, elaborada pela Comissão de Finanças, que aprova as diretrizes para elaboração e aprovação do Plano de Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e das outras providências. 189 A resolução foi aprovada por unanimidade. Gilberto ressaltou que no orçamento de 2005 existem programas de ação continuada. Ainda sugere que se solicite a Secretaria documentação sobre o Plano Plurianual, para conhecimento dos Conselhos. A Secretária Técnica Cristiane relembra que segundo a lei, todo o gasto efetuado pelo FIA deve passar, pela análise do CMDCA, ainda informa que em muitos municípios, os cheques são assinados pelo gestor do fundo e pelo presidente do CMDCA. Ressaltou ainda, que na lei anterior 3.794/92 citava a criação de junta administrativa, que na prática nunca se efetivou, sendo um dos pontos alterados na lei, a retirada da referida junta. Lembrou que as atribuições da junta foram repassadas ao gestor da FI. Esclareceu ainda, que com a inexistência da Junta Administrativa dificultava a exigência de um Plano de aplicação dos recursos do FIA, porém hoje isso é possível, por isso a elaboração da Resolução do CMDCA nº100 que define sobre o horário de atendimento ao público a ser prestado pelos Conselhos Tutelares de Florianópolis. 207 Destacando que segundo a lei o CMDCA é responsável em definir o horário de funcionamento do Órgão e não dos conselheiros, sendo esta última atribuição do Executivo Municipal. A

resolução foi aprovada. A conselheira Lilian também leu a resolução 101 que recomenda ao Poder Público Municipal Atenção aos Direitos Trabalhistas e Previdenciários dos conselheiros tutelares, também pelos conselheiros. Gilberto ressalta a importância da presença de conselheiros tutelares nas reuniões da Comissão. A secretária Cristiane sugere uma pauta para a próxima reunião: 1) alteração da lei que cria o Conselho Tutelar; 2) resposta ao ofício do Conselho Tutelar nº 144/05. Como encaminhamento a plenária decidiu verificar os fatos fazendo visitas ao Conselho Tutelar e Programa Sentinela, para obter outros instrumentos para fazer a avaliação e se pensar um encaminhamento concreto. A Comissão para realização das visitas foi assim composta: conselheiras Tirzah, Lilian e Marli, colaborador Gilberto e Secretária Executiva Cristiane. **8) assuntos gerais:** a estagiária Juçara apresentou à plenária alguns desenhos referentes à nova logomarca do Conselho, conforme solicitação feita pelos próprios conselheiros em reuniões anteriores. O encaminhamento é o mesmo dos Estatutos, ou seja, solicitação de orçamentos. Se mais a tratar a plenária foi encerrada, e eu, Juçara Rosa Silva lavrei a ata.